

Antonio Pedrozo de Albuquerque: aspectos da riqueza de um capitalista no Norte do Império no último decênio da escravidão (1878-1879)

Silvana Andrade dos Santos

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Recebido em: 29 mar. 2024

Aprovado em: 20 out. 2024

Publicado em: 06 maio 2025

Resumo

Antonio Pedrozo de Albuquerque foi proclamado na segunda metade do século XIX “Primeiro capitalista do Norte do Império” do Brasil. Ele, que havia feito fortuna no tráfico transatlântico, entre outras atividades, lícitas e ilícitas, faleceu em 1878, deixando bens avaliados no valor de mais de quatro mil contos de réis e, pelo menos, 560 escravizados e escravizadas. Em seu inventário foram contabilizadas propriedades existentes em Salvador, Ilha de Itaparica, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Valença (BA), assim como ações e títulos em empresas no Brasil e em Portugal; outros bens, ainda desconhecidos, ficaram para sobrepilha. Neste trabalho, debruçamo-nos sobre o documento de inventário inicial (1878-1879) de seus bens, buscando identificar a composição e a distribuição geográfica da sua riqueza e o perfil de sua escravaria. Dada à dimensão da sua fortuna e ao tamanho do seu plantel escravo, consideramos que o caso de Antonio Pedrozo de Albuquerque fornece importantes apontamentos a respeito dos padrões de investimentos e propriedade escrava entre as camadas mais abastadas no Norte do Império em seu decênio. Além disso, contribui para que se evidencie as possíveis confluências e especificidades entre os chamados capitalistas e/ou megaproprietários de indivíduos escravizados nas regiões Norte e Sul do Brasil. O texto está organizado em quatro partes: na primeira, de caráter introdutório, é realizado um apanhado do testamento do capitalista, assim como de sua trajetória; na segunda, terceira e quarta são abordados, respectivamente, a composição de seus bens, a distribuição geográfica de sua riqueza e o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras por ele escravizados.

Palavras-chave: Capitalismo. Escravidão. Brasil. Século XIX.

* Pesquisadora em Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2021/11054-0). Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: silvanasantos@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7055-3431>

 <http://lattes.cnpq.br/4198434420911608>

Antonio Pedrozo de Albuquerque: aspects of the wealth of a capitalist in the north of Brazilian empire in the last decade of slavery (1878-1879)

Silvana Andrade dos Santos*

University of São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brazil

Received: 29th Mar. 2024

Approved: 20th Oct. 2024

Published: 06th May 2025

Abstract

In the second half of the 19th century, Antonio Pedrozo de Albuquerque was proclaimed the "First Capitalist in the North of the Empire", in Brazil. He, who had made his fortune in the transatlantic slave trade among other activities, both licit and illicit, died in 1878, leaving assets valued at more than 4.000:000\$000rs and at least 560 enslaved. The first part of his inventory, carried out in 1878 and 1879, included the properties in Salvador, Itaparica Island, Santo Amaro, São Francisco do Conde and Valença (Bahia), as well as shares and titles in companies in Brazil and Portugal; other assets, as yet unknown, were left to be shared. In this paper, we look at the inventory document of his assets, seeking to identify the composition and geographical distribution of his wealth and the profile of his enslaved population. Given the size of his fortune and slave population, we believe that the case of Antonio Pedrozo de Albuquerque provides important insights into the patterns of investment and slave ownership among the wealthier classes in the North of the Brazilian Empire in the last decade of slavery. In addition, it contributes to accurately highlighting the possible confluences and specificities between the capitalists and/or mega-owners of enslaved individuals in the North and South of Brazil in the period. The text is organized into four sections: in the first, an introductory section, an overview is given of the capitalist's will, as well as his trajectory; in the second, third and fourth parts, the composition of his assets, the geographical distribution of his wealth and the profile of the workers he enslaved are discussed.

Keywords: Capitalism. Slavery. Brazil. Nineteenth Century.

* Postdoctoral Researcher at the University of São Paulo, with a grant from the São Paulo Research Foundation (FAPESP, process 2021/11054-0). PhD and MA in History from the Fluminense Federal University; BA in History from the State University of Bahia. E-mail: silvanasantos@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7055-3431>

 <http://lattes.cnpq.br/4198434420911608>

Introdução

O inventário de Antonio Pedrozo de Albuquerque foi aberto em 1878, mesmo ano em que ele faleceu. Pedrozo, àquela altura viúvo de Maria Accioli de Albuquerque, deixou testamento, manifestando suas derradeiras vontades. Constituiu como primeiro inventariante o seu único filho legítimo e herdeiro, o Doutor Antonio Pedrozo de Albuquerque (doravante, Antonio Pedrozo de Albuquerque Filho, ou Pedrozo Filho) e, em um dos seus primeiros atos, indicou que deveriam ser libertados “sem ônus, nem condição alguma os meus escravos *pardos Bemvenuto, Thomé, Victal e Marcos*”.¹ Meus filhos, talvez fosse o caso.

Ademais, determinou a libertação, sem ônus, nem condição, dos escravizados e escravizadas que, presume-se, trabalhavam no seu convívio mais próximo: José Maria, Bibiano, Maurício, Affonso, André Carapina, Simplício e Valentim, carregadores de cadeira; Jerônimo, carapina; Casimiro; José, lacaio; e Vicente (isto é, Jacintho), cozinheiro; Agostinha, escravizada “do engenho”, doente; Escolástica e América, enfermeiras; Rosalina, Leandra, Joanna, Lydia, Maria, Salustianna, Martiliana, Amália e sua filha, todas do serviço doméstico. Sem ônus, nem condição, também deveriam ser libertas Fabrícia, Marcolina, Rodofiana, Serafina, Eva e Ludgera, cujas as atividades em que eram empregadas não foram mencionadas, mas, dado ao padrão das libertações, pode se supor que também tinham convívio próximo com Pedrozo. Por fim, ordenou a libertação de todas as pessoas escravizadas existentes em sua escravaria que tivessem mais de 65 anos.

Mais à frente no testamento, distribuiu doações à Santa Casa de Misericórdia da Bahia; a instituições de caridade, filantrópicas e igrejas na Bahia e no Rio Pardo; a moça e viúvas; a um de seus irmãos; a sobrinhos e sobrinhas; a amigos e a trabalhadores de sua confiança - como o guarda-livros Angelo Francisco da Motta; o administrador de seus engenhos, Antonio Lopes Ferreira; e Antonio Ozorio da Fonseca Castello Branco, feitor do Engenho Grogaiá. Alguns dos libertos e libertas também foram agraciados com doações: a Bemvenuto, pardo, foi destinado 1:000\$000rs. A todas as escravizadas do serviço doméstico que foram libertas, com exceção de Rosalina, foram ordenadas as seguintes doações: a Leandra, 3:000\$000rs; a Maria e Lydia (pardas, com, respectivamente, 17 e 18 anos), “minhas crias”, 2:000\$000rs a cada uma; a Amalia, 1:000\$000rs; e a Salustianna e Martiliana 500\$000rs a cada uma.

Entre as doações, merecem destaque ainda aquela feita “a menina Auta, que já é livre”, no valor de 6:000\$000rs. “Já livre”, porque havia sido liberta anteriormente ou porque de *Ventre Livre* nascera. A “menina Auta” viria a ser ninguém menos que Auta Pedrozo, que Antonio Pedrozo de Albuquerque Filho reconheceu como sendo sua “irmã natural”, isto é, filha

1 APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciária. Série Inventários. Testamento Antonio Pedrozo de Albuquerque. Classificação: 01/03/125/02. Grifo nosso.

ilegítima de seu pai, em seu testamento.² Também merece destaque a doação feita a Caetana, crioula, também “já livre”, que recebeu Benta, escravizada, e mais 4:000\$000rs.

Ao todo, Antonio Pedrozo de Albuquerque ordenou nominalmente a libertação de 33 escravizados em seu testamento. Trinta e três. Número, sem dúvida, significativo. Mais escravizados do que algumas pessoas foram capazes de ter ao longo da vida e uma porcentagem significativa do plantel de outras tantas, ainda mais em se tratando de uma escravaria situada no Norte do Império, a uma década do fim da escravidão. Em Cachoeira, um dos centros da produção açucareira no Recôncavo Baiano, entre os anos de 1871 e 1880, lavradores e lavradoras de alimentos, de café, de cana, de mandioca e de tabaco, todos possuíam em média 8 ou menos cativos. Na mesma localidade e período, a média de escravizados possuída por senhores e senhoras de engenho era de 90 (Rocha, 2015, p. 143-171; 191). Ou seja, o contingente de indivíduos libertos por Pedrozo poderia significar aproximadamente um terço da mão de obra empregada por um proprietário ou proprietária de engenho na Bahia na década de 1870. Entretanto, quanto aquele número representou dentro da escravaria do capitalista? Além disso, quantos seriam os escravizados e escravizadas com 65 anos ou mais a serem libertados, uma vez que estudos apontam para o envelhecimento da população escravizada no Norte com a ocorrência de tráfico interprovincial para as províncias do Sul?

O valor total legado a algumas escravizadas e a Bemvenuto também foi significativo, 10:000\$000rs. Somado a isso o valor dos próprios escravizados que foram libertos (24:700\$000rs) obtém-se quase 35 contos.³ Mais uma vez, muito mais do que mesmo algumas pessoas livres foram capazes de reunir ao longo de toda uma vida e, certamente, uma importância de grande significado para aquele e aquelas que a receberam com sua liberdade. Novamente aqui o município de Cachoeira pode fornecer referências do contexto. Na localidade, entre 1871 e 1880, 32% das pessoas que faleceram e deixaram bens a inventariar possuíam riqueza avaliada em até 20:000\$000rs (Rocha, 2015, p. 76). Já em Salvador, 56,3% dos inventariados e inventariadas entre 1851 e 1889 possuíam riqueza avaliada em até 10:000\$000rs (Mattoso, 1992, p. 611). Contudo, quanto aquele montante representou na fortuna do capitalista?

Quando Antonio Pedrozo de Albuquerque faleceu sua fortuna foi estimada entre 11 e 12 mil contos de réis. A avaliação dos bens ocorreu em dois momentos. No primeiro deles, realizado nos anos de 1878 e 1879, foram inventariadas propriedades móveis e imóveis, joias

2 APEB, SJ, SI, Testamento Antonio Pedrozo de Albuquerque (Conde), classificação: 1/103/125/02.

3 No inventário consta que Antonio Pedrozo de Albuquerque teria alforriado nominalmente Lino d'Água Fria, avaliado em 400\$000rs. Lino não aparece entre os escravizados que foram alforriados por Pedrozo em seu testamento, porém, uma vez que fora libertado no inventário, foi incluído nos cálculos e análises que tomam como base este documento. Cf. APEB, SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06 e APEB, SJ, SI, Testamento Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação: 01/03/125/02.

e dinheiro localizados nos municípios de Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Valença/Ba e na Ilha de Itaparica, assim como ações e títulos no Brasil e em Portugal. No segundo momento, na sobrepartilha, deveriam ser computados os bens existentes em “diversos municípios da província, cuja avaliação ainda não pode fazer-se”, assim como as dívidas a receber e a pagar, isto é, os ativos e passivos, da casa comercial pertencente a Pedrozo.⁴

Neste texto, serão analisados os bens avaliados na primeira fase do inventário, uma vez que até o momento não foi localizado o documento referente à sobrepartilha. Isso faz com que o estudo apresente limitações, principalmente no sentido de se obter um valor preciso do total da fortuna de Antonio Pedrozo de Albuquerque e de se conhecer de forma mais detalhada suas redes de relações comerciais. Por outro lado, o inventário inicial permite escrutinar parte dos bens que compunham a sua riqueza, de modo especial a sua escravaria, o que possibilita a elaboração de reflexões a respeito das especificidades e confluências do perfil de negócios e da propriedade escrava no Norte do Império no último decênio do regime escravista.

Uma vez que o inventário é uma amostra ou retrato dos negócios de um indivíduo tomada por ocasião de seu falecimento, se faz necessário realizar breve apanhado a respeito da trajetória de Pedrozo, ressaltando as principais atividades em que esteve envolvido. Ele foi proclamado, ainda em vida, como o primeiro capitalista do Norte do Império (*Jornal do Commercio*, ano 43, n. 315, 13 nov. 1865, p. 1). Talvez “o primeiro”, o maior. Ou, talvez, “o primeiro”, o pioneiro. Nascido em 1798 no seio de uma família proprietária de estâncias no Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, migrou jovem para o Rio de Janeiro, onde começou sua carreira tanto no tráfico transatlântico de escravizados como no comércio, especialmente de charque. Foi na Bahia, no entanto, que seus negócios prosperaram e alcançou projeção econômica, social e política. Ali, ao longo da vida, se tornou um dos principais contrabandistas negreiros, tendo realizado, pelo menos, 33 expedições entre legais e ilícitas. Lucrou e reinvestiu capitais na fundação da fábrica Todos os Santos, maior fábrica têxtil do Brasil à época (1844); nas companhias Santa Cruz (1852) e Baiana (1858) de Navegação à Vapor, empresas cuja atuação se estendia às províncias de Sergipe e Alagoas; em um banco na Bahia (1852); na estrada de ferro Dom Pedro II, no Rio de Janeiro (1855); na estrada de ferro Tram Road Paraguassú (1860); e em uma companhia de colonização polonesa (1865) (Santos, 2020).

Pedrozo também foi um poderoso operador do crédito na Bahia imperial. Dono de um trapiche, comissário do açúcar e não pertencendo originalmente às antigas oligarquias do Recôncavo Baiano, acabou se convertendo em um dos principais proprietários de engenhos na Bahia oitocentista, alguns dos quais, inclusive, movidos por máquinas a vapor. Estes bens, assim como muitas de suas propriedades de casas e joias, foram para ele revertidos como pagamento de empréstimos e hipotecas tomados por senhores e senhoras de engenho

4 APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06.

endividados (Calmon, 1979, p. 41-47).

Já nos âmbitos sociais e políticos, Pedrozo foi membro da Sociedade Agricultura, Comércio e Indústria da província da Bahia (1832); provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1837); deputado do Corpo do Comércio (1838); membro de diversas comissões formada pelo governo provincial; coronel da Guarda Nacional (1863); e membro do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1860). Atuou na repressão de movimentos como a Revolta dos Periquitos e a Sabinada, e prestou contribuições para o exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Também estabeleceu alianças com importantes figuras baianas, como, por exemplo, por meio do casamento de Pedrozo Filho – futuro Conde de Pedrozo de Albuquerque – com a filha de Francisco Gonçalves Martins, Visconde de São Lourenço - senhor de engenho e nome proeminente na política imperial (Araújo, 2010; Santos, 2020; Silva, 2022).

Composição dos bens

A fortuna de Antonio Pedrozo de Albuquerque, avaliada na primeira fase do inventário, somou um montante bruto de 4.433:197\$983rs (£438,064).⁵ Neste sentido, as doações feitas aos escravizados e escravizadas libertos no testamento mais o preço pelo qual eles foram avaliados (34:700\$000rs) foi equivalente a 0,78% do valor dos bens arrolados nesta etapa. Os mais de quatro mil contos se constituíam enquanto quantia menor do que a estimada pelos periódicos à época, mas ainda assim eram número expressivo. No estudo a respeito das fortunas na cidade de Salvador entre 1801 e 1889, Kátia Mattoso (1992, p. 606-615) localizou apenas um inventário com valor superior a mil contos de réis. Já em Cachoeira, segundo maior município baiano à época, conforme Uelton Rocha (2015, p. 68), de 1834 a 1889, apenas 15 indivíduos, ou 2% dos inventariados, possuíam fortunas a partir de 100:001\$000rs. Aquele valor era mesmo superior ao da fortuna de outro notório traficante e capitalista baiano, Joaquim Pereira Marinho, que ao falecer em 1887 deixou espólio de 4.245:193\$277rs, aproximadamente £360,373 (Ximenes, 1999, p. 96). Pedrozo era, portanto, um dos indivíduos mais ricos, senão o mais rico da Bahia na segunda metade do século XIX.

A disparidade entre o valor do espólio da primeira fase de avaliação e a estimativa feita pelos jornais se deve provavelmente ao fato de que parte dos bens, assim como os ativos da casa comercial, foram computados na sobrepartilha. Em virtude disso, não é possível afirmar qual o valor exato da sua fortuna. Pode-se, contudo, fazer estimativas baseadas no estudo de Mattoso (1992) a respeito da riqueza dos “baianos”. De acordo com a autora, entre 1801 e 1889, os negociantes compunham o topo da pirâmide econômica na Bahia: nos inventários por ela analisados, 90% das “grandes riquezas”, isto é, riquezas com valores a partir de 50:100rs, pertencia à categoria de “negociantes”; além disso, apesar de representar apenas 10% do total

5 Para a conversão de mil-réis em libras foram utilizadas as séries elaboradas por Heitor Moura Filho (2010).

da documentação estudada, eles detinham um terço da riqueza computada. Estes indivíduos, eventualmente também chamados de “comerciantes e capitalistas”, “tinham atividades muito diversificadas, com investimentos que abrangiam também bancos, companhias de seguros e de transportes e empresas industriais” (*Ibidem*, p. 610; 617). Segundo ela, nesta categoria socioeconômica, da qual podemos supor que Pedrozo fazia parte, as dívidas ativas conformavam em média 15% do valor do espólio.

Compunham os bens da primeira fase do inventário de Pedrozo casas e sobrados, engenhos, fazendas, roças, terras, terrenos, uma ilha, benfeitorias de pastos, cercas e plantações, gado, escravizados e escravizadas, um trapiche, uma serraria, ações e títulos, dinheiro, joias e mobília. Organizamos esses bens segundo oito categorias (propriedades urbanas; propriedades rurais; fábricas; escravizados e escravizadas; ativos financeiros; gado; objetos pessoais; e embarcações) buscando identificar quais os principais negócios nos quais ele estava envolvido em fins da década de 1870 (**Tabela 1**).

A categoria Propriedades urbanas é constituída pelos bens imóveis identificados como situados em freguesias e distritos urbanos. Nela estão incluídas as 55 casas e sobrados avaliados individualmente, a Fazendas Jacaré, os quatro terrenos (inclusive casas e benfeitorias neles existentes, quando avaliados em sua totalidade) e um trapiche, todos localizados na cidade de Salvador. As propriedades urbanas correspondiam a 35,03% (1.553:000\$000rs) da riqueza de Pedrozo, sendo a categoria que mais concentrava sua a riqueza (**Gráfico 1**).

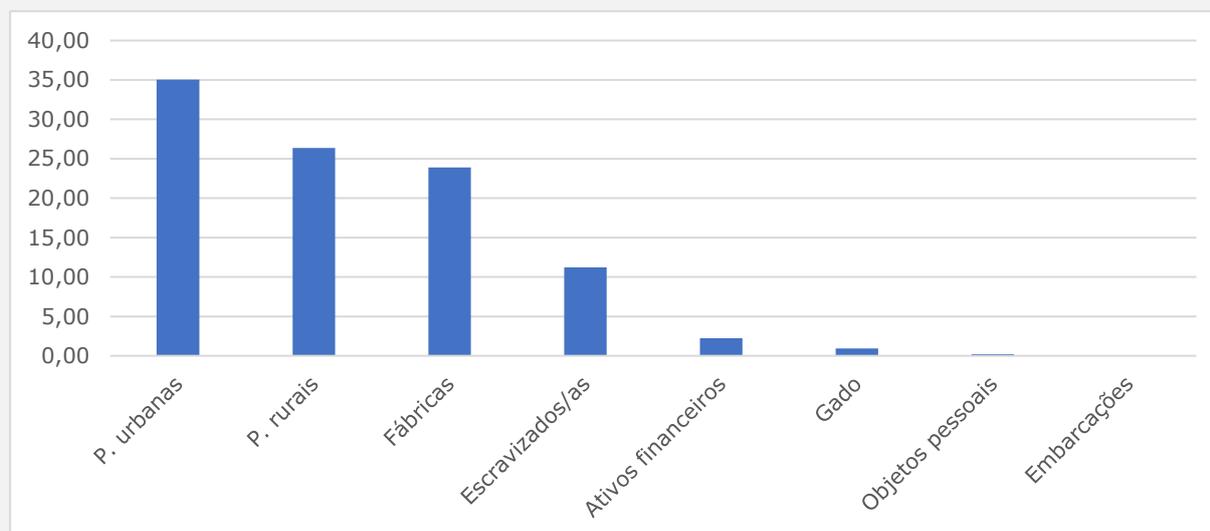
Neste aspecto ele não parece ter sido uma exceção, como demonstrado por Mattoso (1992, p. 635), o principal ativo dos negociantes (também chamados capitalistas, vale recordar) na Bahia entre 1851 e 1889 foram os imóveis urbanos. Entre as propriedades urbanas, destacaram-se as casas e sobrados, que responderam por 32,3% (1.432:000\$000rs) da sua fortuna (**Gráfico 2**). Há indícios de que parte destes imóveis tenha sido por ele adquirido como quitação de dívidas: entre 1852 e 1867 foram passadas a seu favor 30 escrituras de contrato/débito com obrigação de hipoteca.⁶ Conforme Francisco Marques Góes Calmon (1979, p. 47), o capitalista recebia “quarteirões inteiros de casas”, como pagamento de débitos.

6 APEB. Seção Judiciária. Escrituras de Antonio Pedrozo de Albuquerque.

Tabela 1 – Composição dos bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque, 1878-1879

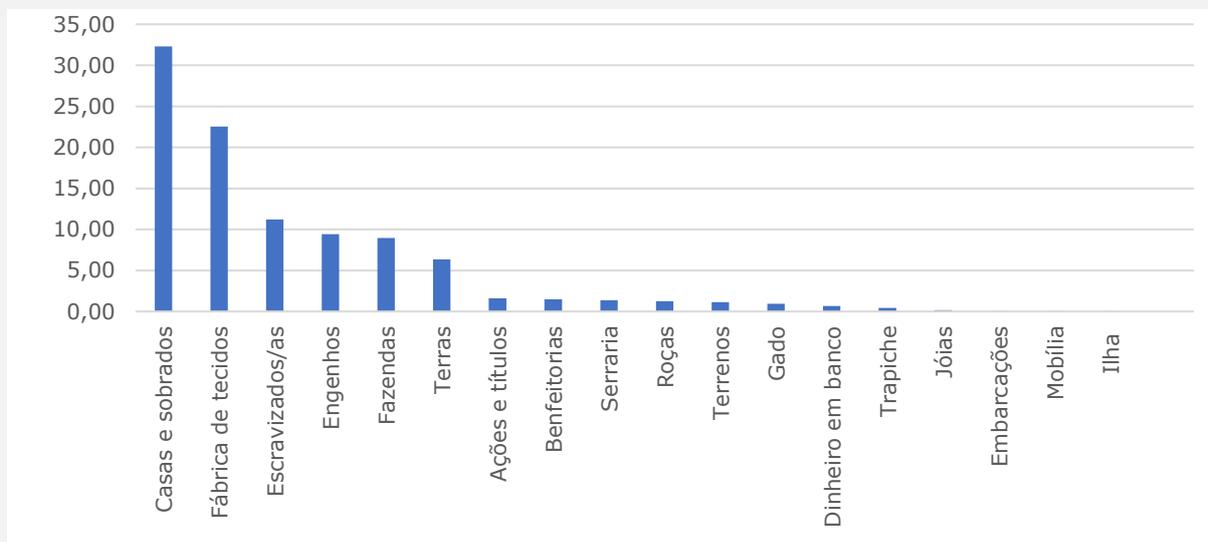
Categoria	Descrição	Localização	Valor (réis)	%
Propriedades urbanas	- Casas e sobrados; - Fazenda Jacaré; - Terrenos; - Trapiche.	Salvador	1.553:000\$000	35,03
Propriedades rurais	- Engenhos Boa Vista, Grogiaia, Desempenho, Penha e Novo; - Fazendas Gregório, Girom, São Gonçalo, São João, Parnabussú, Gil, Estopa, Traripe, Coqueiro, "de terras" e "no lugar denominado 'Paty do Alferes'; - Terras; - Roças; - Benfeitorias de pastos, cercas e plantações; - Ilhota Barros.	Ilha de Itaparica, Salvador, Santo Amaro e São Francisco do Conde	1.169:017\$860	26,37
Fábricas	- Fábrica Todos os Santos; - Serraria.	Salvador e Valença/Ba	1.060:000\$000	23,91
Escravizados	- 560 pessoas	Ilha de Itaparica, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Valença/Ba	498:020\$000	11,23
Ativos financeiros	- Ações do Banco da Bahia, do Banco de Portugal, da Caixa Econômica da Bahia, do Banco Mercantil, da Companhia de Seguro Aliança, da Companhia de Seguros Interesse Público e da Sociedade do Comércio; - Títulos do Governo de Portugal e da dívida pública brasileira; - Dinheiro no Banco Mercantil.	Brasil e Portugal	99:536\$583	2,25
Gado	- 935 animais	Ilha de Itaparica, São Francisco do Conde e Santo Amaro	41:293\$000	0,93
Objetos pessoais	- Joias; - Móvelia.	Salvador	9:985\$540	0,23
Embarcações	- 7.	Ilha de Itaparica e Santo Amaro	2:345\$000	0,05
Total			4.433.197.983	100,00

Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 1 – Bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque por categoria (%)

Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

A categoria a concentrar o segundo maior volume de capitais foi a Propriedade rurais, na qual estão incluídos os bens localizados em áreas ou distritos rurais ou ligadas a atividades rurais e agrícolas, ou seja: os engenhos, inclusive maquinário, edificações (casas do engenho e de moradia, senzalas, olaria, telheiro, quando existentes) e produção (açúcar e mel, quando existentes); as fazendas localizadas em áreas ou distritos rurais, assim denominadas, com ou sem benfeitorias; as terras, assim denominadas, de “massapês” ou “areias”, em alguns casos pertencentes a engenhos, mas avaliadas separadamente; as roças, assim denominadas, com plantações, edificações e, majoritariamente, árvores frutíferas, todas situadas em Salvador, mas em distritos rurais e, por isso, agrupadas na categoria de “propriedade rurais”; as benfeitorias, notadamente, pastos, cercas e plantações de mandioca e cana, quando avaliadas isoladamente; e uma ilhota.

Gráfico 2 – Bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque por subcategoria (%)

Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Em sua totalidade, a categoria Propriedades rurais correspondeu a 26,37% (1.169:017\$860rs) do valor dos bens inventariados na primeira fase. Nesse grupo destaca-se a subcategoria Engenhos, que representou 9,42% da fortuna de Pedrozo ou 417:735\$000rs. Em termos reais, o peso das posses relacionadas à produção açucareira no espólio do capitalista deveria ser bem maior. Isso porque, outros bens estavam diretamente ligados ao funcionamento daquelas propriedades, a exemplo das terras, que em grande medida significavam reserva para o plantio (281:772\$860rs ou 6,36); das benfeitorias, inclusive plantações de cana (66:760\$000rs ou 1,51%); do gado, utilizado como força-motriz (41:293\$000rs ou 0,93%) e dos escravizados, principal fonte de mão de obra, que, no conjunto dos engenhos, foram avaliados em 371:170\$000rs.

A terceira maior categoria foi a Fábricas, correspondente a 23,91% (1.060:000\$000rs) da fortuna de Pedrozo. Compõem esta sessão a fábrica têxtil Todos os Santos, situada em Valença/Ba, avaliada com toda sua estrutura física e maquinário em 1.000:000\$000rs; e a serraria existente na freguesia de Nossa Senhora da Penha, em Salvador, avaliada com toda estrutura física e maquinário e 60:000\$000rs. Em termos individuais, a fábrica Todos os Santos foi o bem mais valioso do capitalista registrado na primeira fase do inventário. Seu preço, excluído o valor dos escravizados e escravizadas ali existentes, representava 22,56% do total da fortuna de Pedrozo arrolada no documento.

A quarta categoria a concentrar maior capital foi a Escravizados, com 11,23% (498:020\$000rs). Em termos percentuais, este número é pequeno, se comparado a regiões

voltadas principalmente para a produção agrícola, tanto canvieira como cafeeira, no Brasil. Em Cachoeira, por exemplo, os escravizados e escravizadas representavam em média 27,37% dos ativos, entre 1871 e 1880. Enquanto isso, em Juiz de Fora, região cafeeira na Zona da Mata mineira, entre 1870 e 1879, os escravizados e escravizadas responderam por 32,68% dos ativos (Almico, 2001, p. 71; Rocha, 2015, p. 81). Por outro lado, em Salvador, entre os “negociantes”, no recorte cronológico de 1851 a 1889, os escravizados e escravizadas representavam apenas 2% dos ativos (Mattoso, 1992, p. 635). Dado o caráter parcial do documento em análise, os escravizados e escravizadas pertencentes a Pedrozo deveriam representar um número mais próximo daquele referente a Salvador. Apesar da pequena porcentagem no total da riqueza, a mão de obra, em termos tanto numéricos quanto nominais, era significativa.

A quinta categoria de investimentos foi a de Ativos financeiros, no qual estão incluídas as ações, os títulos e o dinheiro em banco. Ela correspondeu a 2,25% dos seus negócios (99:536\$583rs). Pedrozo possuía ativos financeiros no Brasil e em Portugal, embora o maior número estivesse concentrado no primeiro. Ele detinha ações de quatro estabelecimentos bancários (131 do Banco da Bahia, 20 do Banco Mercantil, 5 do Banco de Portugal e ações da Caixa Econômica); de duas companhias de seguro (20 da Companhia Aliança e 10 Companhia Interesse Público); e da Sociedade Commercio (10 ações). Quanto aos títulos, possuía duas apólices da dívida pública brasileira e uma inscrição do governo de Portugal. Por fim, detinha dinheiro aplicado em conta corrente no Banco Mercantil.

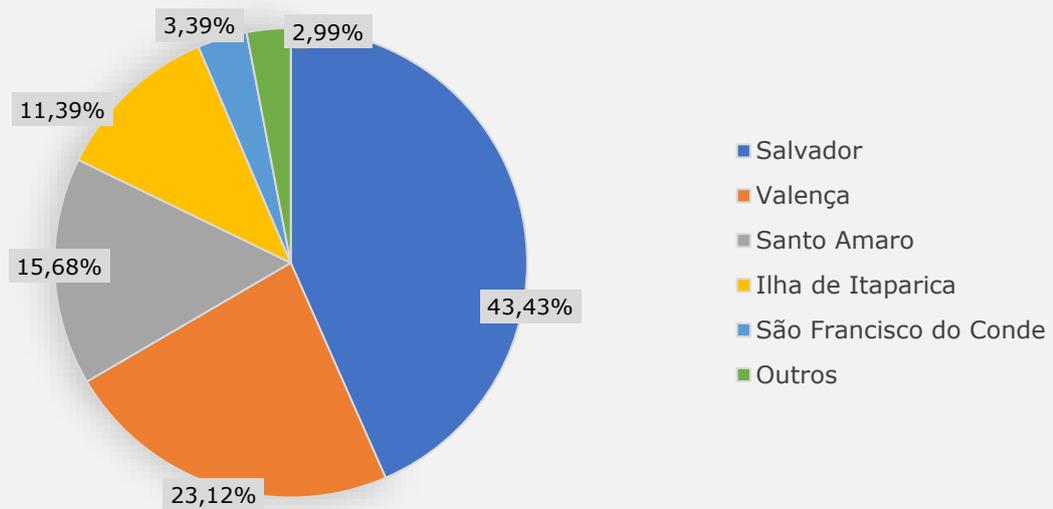
A sexta categoria a concentrar sua riqueza foi o Gado. Embora equivalesse a menos de 1% do espólio, o rebanho a ele pertencente - provavelmente utilizado como força motriz nos engenhos, distribuído entre suas propriedades na Ilha de Itaparica, em Santo Amaro e São Francisco do Conde, e constituído por 935 cabeças - reunia uma cifra considerável de capitais (41:293\$000rs). A sétima categoria de classificação da riqueza de Pedrozo é a de objetos pessoais, composta pelas joias e pela mobília de casa, que representavam 0,23% da sua fortuna. Por fim, estavam as embarcações, correspondentes a 0,05% da riqueza.

A composição dos bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque aponta para o observado por diferentes estudos para diferentes regiões do Brasil: a diversificação da sua fortuna (Mattoso, 1992; Almico, 2001; Rocha, 2015; Marreto, 2019). Nota-se, neste sentido, grande investimento em negócios relacionados ao mundo urbano e à indústria fabril, representado pelo peso que as casas e sobrados e fábrica têxtil Todos os Santos tiveram na composição da sua fortuna. Também é notório o valor dos bens relacionados à produção açucareira e à escravidão na conformação do espólio, evidenciando a articulação de negócios de natureza variada.

Distribuição geográfica da riqueza

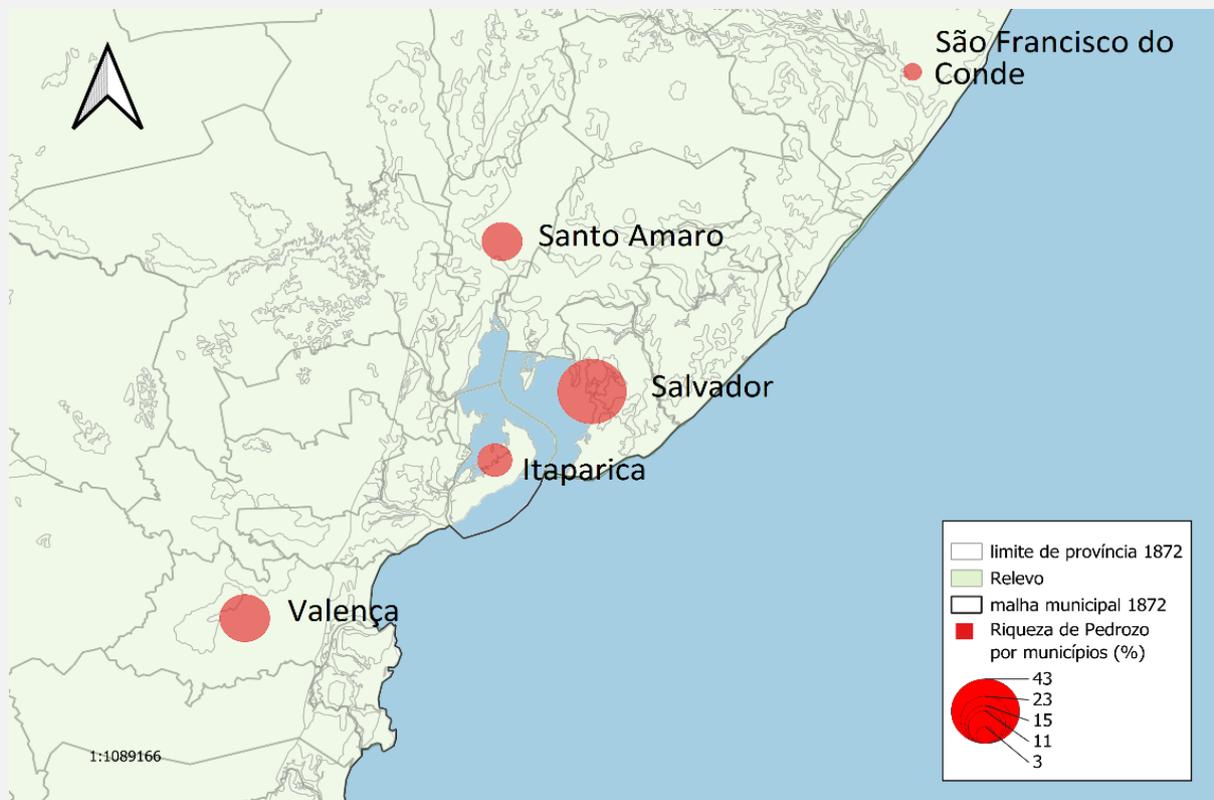
Os bens avaliados na primeira fase do inventário de Antonio Pedrozo de Albuquerque estavam distribuídos entre os municípios de Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Valença (BA) e a Ilha de Itaparica, em empresas no Brasil e em Portugal (**Gráfico 3** e **Figura 1**).

Gráfico 3 – Bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque por subcategoria (%)



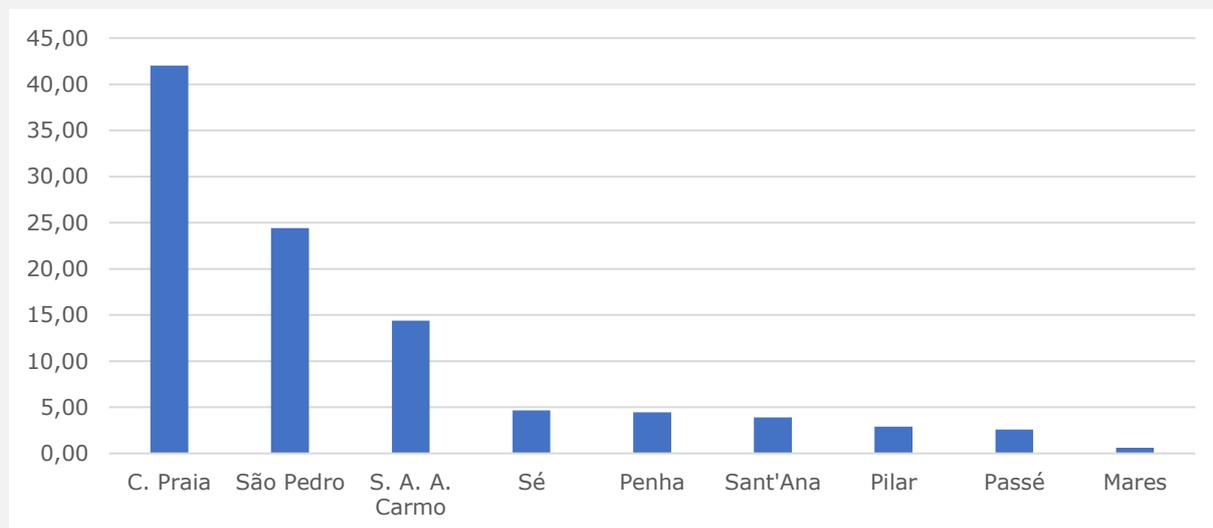
Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Figura 1 – Localização da riqueza de Antonio Pedrozo de Albuquerque na Bahia, 1878-1879



Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaborado por Luiz Fernando Saraiva, s./d.

A maior parte da riqueza, 43,43% (o equivalente a 1.925:215\$000rs), estava distribuída em bens situados em Salvador, centro político, comercial e social da Bahia. Na Cidade Baixa, estes se localizavam nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde estava concentrado o valor de 809:000.000rs ou 42,02% do montante referente às propriedades existentes no município; da Penha (86:000\$000rs ou 4,47%); do Pilar (56.000.000 ou 2,91%) e dos Mares (12:000\$000rs ou 0,62%) (**Gráfico 4**).

Gráfico 4 – Distribuição da riqueza de Antonio Pedrozo de Albuquerque em Salvador por freguesia, 1878-1879 (%)

Fonte: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, centro do comércio de Salvador, estavam situados os seus bens mais valiosos na cidade.⁷ As 12 casas e sobrados ali existentes foram avaliados em 789 contos de réis, montante correspondente a 55,1% do valor das casas e sobrados de Pedrozo, que era de 1.432:000\$000rs. Era também na Conceição da Praia, mais especificamente na Rua das Pedreiras, que estava situado o trapiche pertencente ao capitalista.

Nas demais freguesias da Cidade Baixa estavam localizadas: na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, outra importante região comercial que centralizava o comércio de grosso trato e os armazéns de açúcar, três sobrados, avaliados em 26:000\$000rs no total, e um terreno “de marinhas”, avaliado em 30:000\$000rs. Na Penha - mais afastada do centro - três das casas e sobrados; um terreno, na Rua da Ribeira; e uma serraria (com prédio principal, mais cinco barracões e um telheiro) situada na Rua da Ponta da Areia. Enquanto isso, na recém-criada freguesia dos Mares havia duas casas térreas.

⁷ Salvo sinalização em contrário, todas as informações referentes a caracterização das freguesias de Salvador foram retiradas da obra *Dez Freguesias da Cidade de Salvador*, de Anna Amélia Vieira Nascimento. Cf.: Nascimento (2007).

Na Cidade Alta, os bens mais valiosos estavam concentrados na Freguesia de São Pedro (470:000\$000rs ou 24,41% do valor das propriedades existentes em Salvador), seguida pelas freguesias do Santo Antônio Além do Carmo (277:215\$000rs ou 14,4%), da Sé (90:000\$000rs ou 4,67%) e de Sant'Ana (75:000\$000rs ou 3,9%). Em São Pedro, estavam situados o maior número das casas e sobrados (26 destes). No largo do Dois de Julho, por exemplo, Pedrozo possuía 12 sobrados de um andar, contíguos ou a curta distância um do outro. Enquanto isso, no Largo do Acioli, havia uma roça, com casa térrea, utilizada tanto para moradia como cocheira para carros e animais; assim como um terreno.

No Barbalho, primeiro e urbano distrito da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, estava situada a Fazenda Jacaré, onde morava. Embora nesta área vivessem, em linhas gerais, a classe média de Salvador, pequenos negociantes, alfaiates e empregados públicos, ela não deixava de abrigar, edifícios imponentes, de um ou dois andares, como as residências do negociante Pedro Rodrigues Bandeira e do próprio Pedrozo, que, seguramente, se destacavam da massa de casas térreas que constituíam o grosso das edificações ali existentes.

Na entrada da Fazenda havia muro com pilares de pedra e cal, grades e portão de ferro. A pequena distância da chegada, o edifício “nobre” – de um andar, sótão e terraço – com paredes dobradas, divisórias “singelas” de tijolos, cômodos forrados, três portas à frente e todo cercado por janelas envidraçadas. “Muitos arvoredos”, capim e água nativa compunham o ambiente. Do lado Oeste do sobrado, quatro senzalas; e do Leste, duas - todas com janelas envidraçadas - onde viviam os indivíduos escravizados que serviam à propriedade. Rufino, Cyriaco e Firmo, cuidavam dos serviços de carpintaria. Por sua vez, Francisco, Elias e Malaquias eram pedreiros; Ivo e Bernardo (este já falecido, mas mencionado no inventário), carregavam cadeira. Os demais escravizados e escravizadas foram descritos como serviço doméstico.⁸

Ali estava provavelmente a mais valiosa mobília de casa e, talvez por isso, a única avaliada em todo o inventário. Os móveis expressam a suntuosidade do lugar, nitidamente estruturado para grandes recepções. Na primeira sala, três sofás, mesas, 45 cadeiras (24 delas “modernas”), tudo em madeira nobre (vinhático, mogno e jacarandá); candeeiros e castiçais para iluminar o ambiente; aparadores, jarras de vidro e porcelana entre outros objetos. Na segunda sala, da mesma forma, mesas, cadeiras e mais cadeiras (60, para precisar), bancos, marquesas, sofás, aparadores, uma guarda-louças, aparelhos de jantar e de chá, garrafas e objetos “do serviço doméstico”. Em cada sala, um espelho, e na segunda um oratório. Nos quartos, camas, marquesas, um guarda-vestidos, mesas e bidês. No jardim, dois bancos, um cabriolé e duas parelhas.

Já no segundo distrito da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, em Brotas, região rural, parcamente povoada, na qual existiam roças, fazenda e engenhos, Pedrozo era dono da Fazenda Gregório. A propriedade, situada em terreno foreiro ao Mosteiro de São

8 APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06.

Bento, deveria estar voltada, ao menos parcialmente, para a atividade pesqueira, visto que fora arrolada a existência de armação de pesca e depósito para armazenamento de utensílios de pescaria. Nela havia ainda uma casa de morada, senzalas e 300 pés de coqueiros. No segundo distrito também estavam situadas as Fazenda Girom, no Cabula, e a Fazenda São Gonçalo, além do matadouro público, no Engenho Retiro, ambas com variedade de árvores frutíferas, “diversos rendeiros”, casas abarracadas ou de taipa e senzalas. Além destas propriedades, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, havia uma roça na Ladeira do Barbalho, com diferentes plantações, duas casas (uma “nobre” e outra “singela”).

Na Freguesia de Sant’Anna estavam situadas quatro das suas casas e sobrados avaliados individualmente. Na mesma freguesia, havia na “estrada nova”, uma roça com árvores frutíferas, água nativa, 10 casas térreas e um telheiro; bem como um terreno, na Rua do Castanhedo, com algumas casas. Por fim, na Cidade Alta, na Freguesia da Sé, se localizavam cinco das suas casas e sobrados avaliados individualmente. Já na freguesia suburbana de Nossa Senhora da Encarnação do Passé (atual município de Candeias), era proprietário da Fazenda Parnabussú e de “terras de massapê”, que juntas somaram a quantia de 50:000\$000rs, ou 2,6% dos bens existentes em Salvador. Apropriadas para o plantio de cana, estas propriedades integravam anteriormente o Engenho São Paulo, pertencente a Antônio Rocha Pita e Argolo, Visconde de Passé, e foram entregues a Pedrozo como pagamento de dívidas.⁹

A cidade de Valença, nas franjas da Baía de Todos os Santos, em direção ao Sul, era o segundo principal local a concentrar os bens de Pedrozo, com 23,12% da sua riqueza, ou 1.025:100\$000rs. Ali estava situado o bem mais valioso, em termos individuais, possuído pelo capitalista: a fábrica Todos os Santos. Fundada em sociedade com os negociantes Antonio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer na década de 1844, a fábrica se converteu em propriedade exclusiva de Antonio Pedrozo de Albuquerque em 1860. A Todos os Santos foi a maior fábrica têxtil do Brasil durante o período em que esteve em funcionamento, entre as décadas de 1840 e 1870 (Santos, 2023). Nela trabalhavam, à época em que o inventário foi realizado, 24 indivíduos escravizados.¹⁰

Adentrando a Baía-de-Todos-os-Santos, em direção ao Norte, Antonio Pedrozo de Albuquerque era detentor de propriedades em dois dos principais municípios açucareiros do Recôncavo Baiano: Santo Amaro, a terceira região a concentrar sua riqueza (13,65% ou 605:105\$000rs); e São Francisco do Conde, a quinta região a concentrar sua riqueza (2,27% ou 100:620\$000rs). Em Santo Amaro, estavam situados dois engenhos: o Engenho Penha e o

9 APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06.

10 Foram avaliadas 23 pessoas escravizadas como trabalhadoras da fábrica Todos os Santos. Além destas, João, escravizado crioulo de 23 anos, deixou de ser avaliado, porque se encontrava na “recolhido a casa de correção”. “Sendo conveniência”, Pedrozo Filho efetuou a venda de João pouco após a abertura do inventário, em setembro de 1878, por 1:500\$000rs. João, assim como o preço pago pela sua venda, foram incorporados nos números apresentados no texto. Cf.: APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06.

Engenho Novo, este à vapor e com alambique. Em ambos havia plantações de canas e extensões de terra massapê, próprias para o plantio da gramínea. No Engenho Novo também havia “areais”, solo menos apropriado para o cultivo de cana, mas bastante indicado para a lavoura da mandioca. Em Santo Amaro o capitalista possuía ainda as Fazendas Traripe e Coqueiro.

Em São Francisco do Conde, por sua vez, Pedrozo detinha mais dois engenhos, o Grogaia e o Desempenho. No Grogaia, engenho a vapor, todos os equipamentos empregados no fabrico do açúcar e quase todos os bens existentes, inclusive as senzalas, eram “reformados”, “novos” ou “em bom estado”. Na propriedade, havia plantações de cana, mandioca e vasta extensão de terra.

Cruzando a Baía de Todos os Santos, a Ilha de Itaparica reunia 8,5% dos bens de Pedrozo (376:728\$000). Na Ilha, o capitalista era proprietário do Engenho Boa Vista, com casa de engenho; “grande” alambique; telheiro; olaria; carros de boi; casas para moradia do feitor e outras sem utilidade especificada; casa “nova”, com “grande sótão”, de “morada do proprietário”; casa de banho; e 71 senzalas, moradia dos escravizados ali existentes. A Fazenda Boa Vista, onde ficava situado o engenho e avaliada separadamente, contava com pastos, cercas, capoeiras e grandes extensões de mata virgem; plantações de mangueiras, jaqueiras, coqueiros e mandiocas; e dois currais. Completavam as propriedades de Pedrozo na Ilha as Fazenda Gil (composta por matas) e São João (com pastos, capoeiras e matas virgens) e uma ilhota, chamada de “Ilha do Barro ou Barros”. As joias, ações, título, dinheiro e os escravizados alforriados, cujos quais não foi possível precisar a vinculação geográfica, estão aqui reunidos sob a categoria “outros”.

A distribuição geográfica dos bens avaliados na primeira fase do inventário de Antonio Pedrozo de Albuquerque reforça aspectos já evidenciados pela composição da sua fortuna, como a importância do comércio, dado à concentração de seus bens em Salvador, especialmente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia; da indústria fabril, uma vez que Valença/Ba, onde estava localizada a fábrica Todos os Santos foi a segunda maior região a concentrar sua riqueza; e da produção de açúcar, representada pelos municípios açucareiros de Santo Amaro e de São Francisco do Conde. Nas diferentes regiões onde o capitalista possuía negócios, havia um denominador comum: a presença de mão de obra escrava.

Perfil dos escravizados e escravizadas

Um dos aspectos que chama a atenção no inventário de Antonio Pedrozo de Albuquerque é a presença marcante de indivíduos escravizados, não necessariamente em termos percentuais, no conjunto da fortuna, mas em número: 560. Isso porque, a primeira fase de avaliações de seus bens ocorreu nos anos de 1878 e 1879, portanto, no último decênio da escravidão no Brasil, quando o tráfico transatlântico havia cessado e a Lei do Ventre Livre

promulgada. Além disso, se tratava de uma fortuna em uma província do Norte, região que vinha perdendo mão de obra escrava ao longo dos anos em virtude do tráfico interprovincial.

Como demonstrado por Ricardo Salles (2008), mesmo para as principais áreas cafeeiras no auge da produtividade, não era comum encontrar proprietários e proprietárias de mais de 100 escravizados. Em sua pesquisa sobre Vassouras, na província no Rio de Janeiro, o autor observou que no período compreendido entre 1866 e 1880, apenas 9,13% dos proprietários e proprietárias (os chamados megaproprietários) detinham 100 ou mais escravizados (*Ibidem*, p. 125). Estas informações indicam que Pedrozo era um dos maiores (senão o maior) proprietário de pessoas escravizadas na Bahia, bem como um dos maiores escravistas do Império do Brasil nos anos que antecederam a abolição.

A capacidade do capitalista de reunir tamanha escravaria é sinal de sua projeção econômica e se deve a uma série de fatores, lícitos e ilícitos. A historiografia tem demonstrado que em diferentes regiões do Brasil, como no Recôncavo Baiano e em regiões cafeeiras no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, houve um processo de concentração da propriedade escrava nas mãos de poucos, e abastados, indivíduos nas últimas décadas da escravidão no país (Almico, 2001; Salles, 2008; Rocha, 2015; Marreto, 2019). Isso se deu à possibilidade destas pessoas, como deve ter sido o caso de Pedrozo, de manter ou mesmo continuar adquirindo indivíduos escravizados em um contexto de aumento do preço e de diminuição da oferta deste tipo de mão de obra, por exemplo, adquirindo trabalhadores e trabalhadoras de proprietários e proprietárias menores e menos economicamente estáveis. Soma-se a isso, no caso do capitalista "baiano", outros dois elementos: o acesso ao mercado de indivíduos escravizados provenientes do tráfico transatlântico na ilegalidade; e a provável incorporação de crianças ingênuas, libertas pela Lei do Ventre Livre, à sua escravaria.

O plantel pertencente a Pedrozo era composto por 560 pessoas, distribuídas entre suas propriedades urbanas, rurais e a fábrica Todos os Santos. Destes, 213 (38,03%) haviam nascido em África e 343 (61,25%) no Brasil, para quatro pessoas (0,71%) não foi possível identificar a origem. Em comparação à propriedade escrava do cafeicultor e, igualmente, contrabandista negreiro, José Breves, no Vale do Paraíba fluminense, constata-se menor incidência de africanos e africanas na escravaria de Pedrozo. Em 1880 a proporção entre os 698 trabalhadores e trabalhadoras escravizados por Breves era de 54% africanos e africanas e 46% crioulos e crioulas (Pessoa, 2015, p. 195). Essa diferença no percentual de nascidos em África e no Brasil se deve, provavelmente, ao maior volume do tráfico negreiro para o Sudeste nos últimos anos da legalidade e no período ilegal do tráfico transatlântico. Entre as décadas de 1810 e 1850 foram desembarcados 964.174 africanos e africanas escravizados em portos

situados no Sudeste do país, enquanto na Bahia e em Pernambuco, somados, foram desembarcados 478.048.¹¹

A despeito desta variação, constata-se que Antonio Pedrozo de Albuquerque, assim como os Breves, se valeu de indivíduos provenientes do tráfico transatlântico na ilegalidade para compor seu plantel. Com base nas idades dos escravizados e escravizadas africanos arroladas no inventário, pode-se estimar que, pelo menos, 48 destes (o que corresponde a 22,53% do total dos trabalhadores e trabalhadoras nascidos em África e 8,57% de sua escravaria), haviam nascido em anos posteriores a 1831, quando foi promulgada a primeira lei nacional que proibia o tráfico transatlântico de africanos e africanas escravizadas para o Brasil, a Lei Feijó. Indivíduos como Casimiro, 32 anos, preto, “alforriado” no testamento de Pedrozo, e Ritta, do serviço de lavoura, trabalhadora no Engenho Penha em Santo Amaro, eram africanos e africanas livres e estavam ilicitamente reduzidos à condição escrava em suas nas propriedades.

Provavelmente, este número era ainda maior. Dezenove pessoas escravizadas que compunham a escravaria de Pedrozo, a exemplo de Soterio, 48 anos, do serviço de lavoura, trabalhador no Engenho Boa Vista e de Mariana, 50 anos, trabalhadora na Fazenda Gregório, embora tenham idade compatível com o ingresso no Brasil quando o tráfico ainda era legal, haviam nascido, em tese, entre os anos de 1828 e 1830 e, eram, portanto, muito jovens em 1831. Além disso, o tráfico transatlântico para o Brasil vinha sendo gradualmente proibido desde 1810, quando passou a ser permitido apenas entre os domínios portugueses. Em 1815, outra proibição, desta vez de adquirir indivíduos escravizados ao norte da Linha do Equador, impactou significativamente o abastecimento de mão de obra africana para a Bahia. Neste sentido, este tratado foi massivamente descumprido por traficantes que operavam na província, dentre os quais o próprio Pedrozo. Logo, muitos dos africanos e africanas que compunham sua escravaria, embora tenham idade compatível com o período em que o tráfico era parcialmente legal, podem ter sido trazidos para o Brasil em viagens negreiras operadas antes de 1831, na clandestinidade.

O descumprimento da Lei Feijó, entre outros tratados, por meio da atuação direta no tráfico e da incorporação e/ou da aquisição de escravizados e escravizadas provenientes do contrabando transatlântico contribuiu para que Pedrozo tenha mantido ou mesmo aumentado sua escravaria ao longo dos anos. Da mesma forma, há indícios de que, quarenta anos depois da promulgação daquela legislação, ele tenha incorporado crianças ingênuas, libertas pela Lei do Ventre Livre, em seu plantel. Dos escravizados e escravizadas nascidos no Brasil a ele pertencentes, quatro foram registrados como tendo sete anos (Querino, trabalhador no Engenho Penha; Macario e Marcelina, trabalhador e trabalhadora no Engenho Novo; e Francisca, trabalhadora no Engenho Boa Vista) e nove foram registrados como tendo

11 Cf.: *Slave Voyages*. Trans-Atlantic Slave Trade – Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>.

oito anos em 1878 (tendo, assim, como ano de nascimento provável, respectivamente, 1871 e 1870).

A despeito de que, em tese, estas pessoas possam ter nascido antes da vigência da lei, é possível, dada às conhecidas práticas de atuação de Pedrozo em atividades ilegais envolvendo a compra e venda de pessoas escravizadas, que elas foram ilicitamente incorporadas ao seu plantel. A adulteração das idades das pessoas escravizadas foi uma prática comum após a promulgação da Lei do Ventre Livre, utilizada tanto para ocultamento da origem ilícita de escravizados e escravizadas africanos que ingressaram no Brasil por meio do contrabando negreiro, quanto para a escravização ilegal de crianças indígenas (Mattos, 2014).

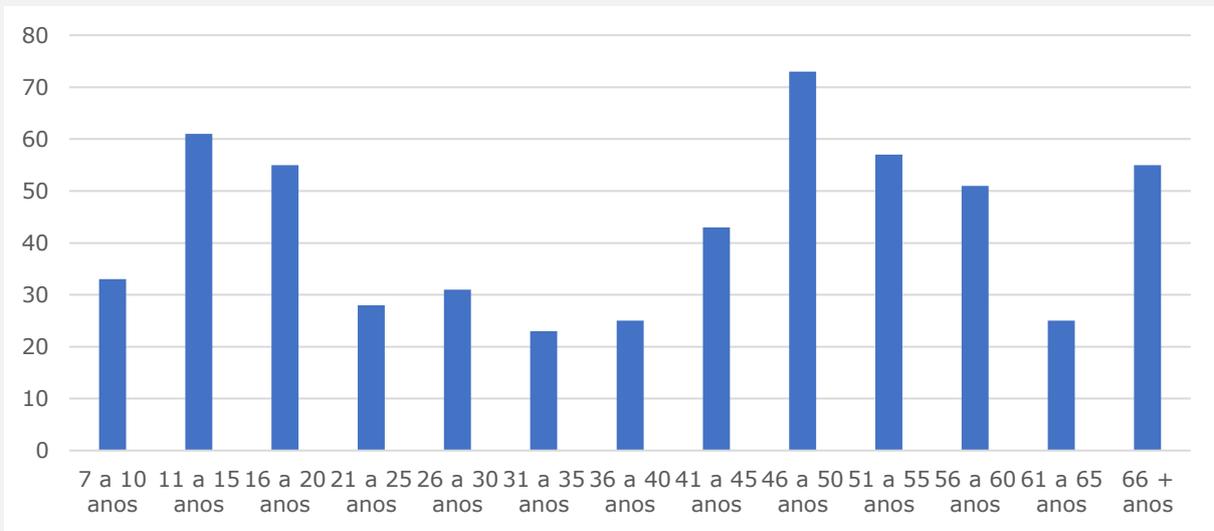
A análise da idade cronológica, idade produtiva, sexo e preço do escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque permite que se tenha maior nitidez do perfil da mão de obra escrava por ele utilizada. Também contribui para que se possa compreender as especificidades e convergências dos grandes plantéis no Norte do Império nas últimas décadas da escravidão em comparação a outras regiões do Brasil.

O Gráfico 5, abrangendo as idades dos escravizados e escravizadas organizadas a cada cinco anos, permite visualizar com nitidez dois blocos que concentram maior quantidade de pessoas: o primeiro, daquelas com entre 7 e 20 anos de idade (isto é, nascidas, presumivelmente, a partir de 1858) e o segundo, daquelas a partir dos 41 anos (ou seja, que nasceram, em tese, em anos anteriores a 1837). O quinquênio a concentrar o maior número de indivíduos escravizados é o daquele que reúne pessoas com idades entre 46 a 50 anos, com 73 escravizados (13,04%).

A associação à idade cronológica da variável origem evidencia que, entre os escravizados e escravizadas mais velhas, a partir da faixa etária dos 41 aos 45 anos, houve tendência de crescimento da população africana e de diminuição da população nascida no Brasil. De modo convergente, na faixa etária a partir dos 46 os escravizados e escravizadas de origem africana eram predominantes (**Gráfico 6**). Uma vez que a faixa etária a concentrar o maior número de escravizados e escravizadas era justamente aquela entre os 46 e os 50 anos, é notória a importância que o tráfico transatlântico teve na composição da escravaria de Antonio Pedrozo de Albuquerque.

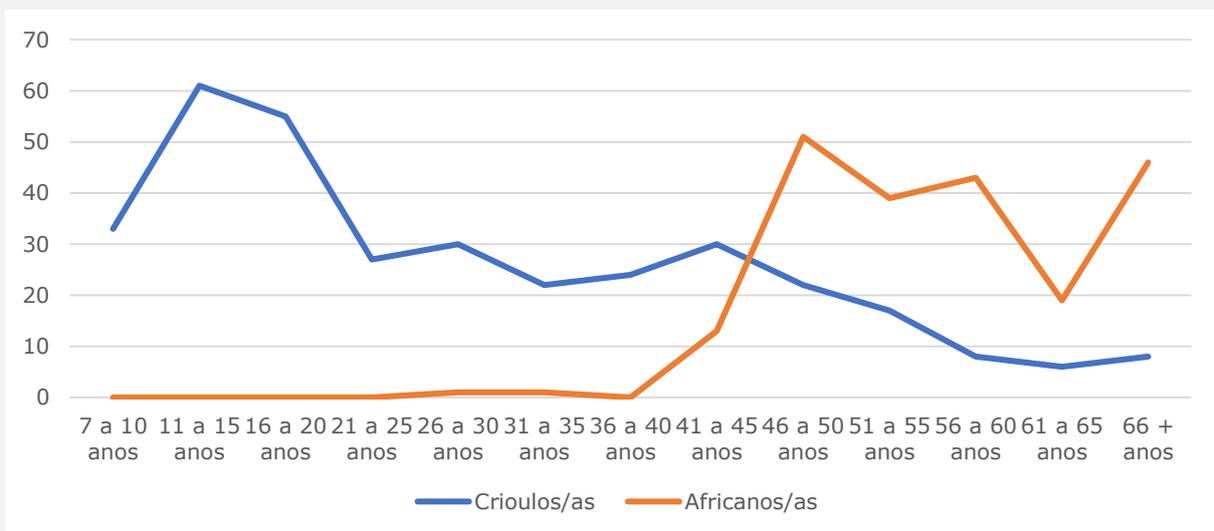
Por outro lado, entre os escravizados e escravizadas com idades entre 7 e 40 anos (isto é, nascidos, em tese, a partir do ano de 1838) havia predominância de crioulos e crioulas. Ressalta-se ainda que, dos 149 indivíduos nas faixas etárias com idades iguais ou inferiores a 20 anos (nascidos, presumivelmente, a partir do ano de 1858), 60 (ou 40,27%), a exemplo de Querina, 14 anos, do serviço doméstico, trabalhadora em Salvador, filha de América, e de Virgínia, 10 anos, do serviço de lavoura, trabalhadora do Engenho Novo, em Santo Amaro, foram registrados como sendo filhos e filhas de escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque.

Gráfico 5 – Idade dos escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, 1878-1879



Fonte APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Gráfico 6 – Origem dos escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, segundo idade cronológica (1878-1879)



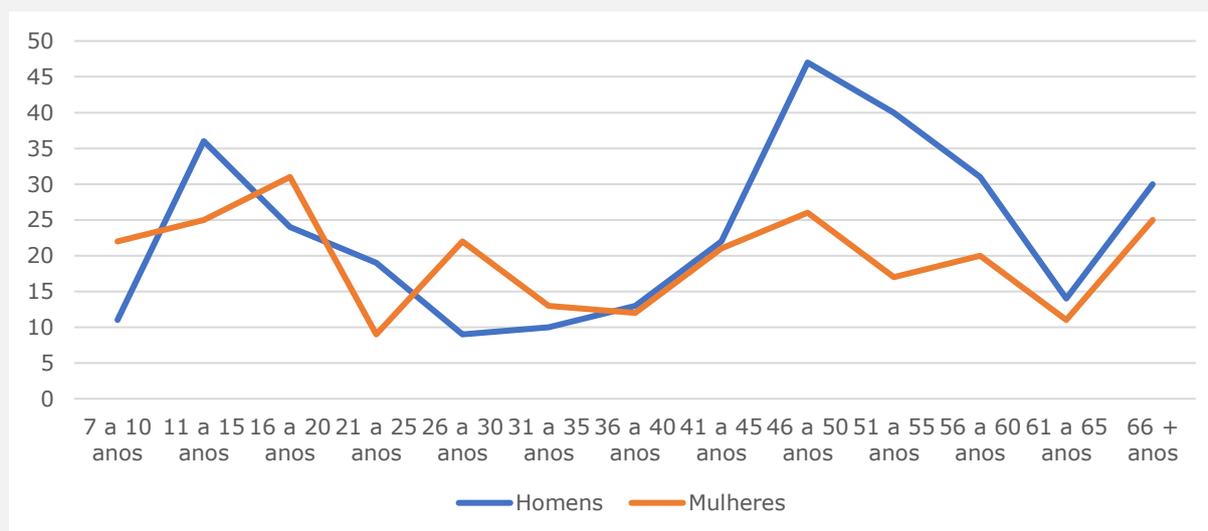
Fonte APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Na faixa etária entre 21 a 40 anos, apenas duas pessoas, Tito, 21 anos, do serviço de lavoura, filho da africana Felicidade, e Leodoro (ou Lidorio), 10 anos, do serviço doméstico, filho de Juliana, foram registradas como sendo filhos de escravizadas pertencentes a Pedrozo. Nas demais faixas etárias, nas quais houve tendência de crescimento da população de origem africana, não foi registrada a filiação de nenhum escravizado ou escravizada.

Isso indica que, a partir do final da década de 1850, pode ter havido uma busca por reposição da mão de obra pelo capitalista por meio da coerção à reprodução biológica da população escravizada, como forma de suplantar a demanda criada pelo fim do tráfico transatlântico e pelo início do tráfico interprovincial. Pode ter existido ainda uma tendência à maior reprodução das escravizadas, em virtude do maior equilíbrio entre os sexos, como se verá adiante. De uma forma ou de outra, este processo de reposição e/ou aumento da mão de obra escrava por meio da reprodução natural foi interrompido com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, indicando que esta legislação causou impacto na constituição dos plantéis do capitalista.

Quanto ao sexo, verifica-se predominância de escravizados (306 ou 54,64%) sobre escravizadas (254 ou 45,36%), havendo, contudo, tendência a relativo equilíbrio entre os sexos, especialmente entre a população mais jovem, que, como vimos, havia nascido no Brasil, o que pode ter contribuído, como acima mencionado, para o aumento da taxa de natalidade a partir de 1858 (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 – Sexo dos escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, por faixa etária (1878-1879)



Fonte APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

Os dados acima convergem com aqueles encontrados por Ricardo Salles (2008) para Vassouras e por Rodrigo Marreto (2019) para Cantagalo, no Vale do Paraíba. Os autores também verificaram a predominância de escravizados do sexo masculino entre a população mais velha e africana e maior tendência de equilíbrio, com aumento da população de mulheres, entre os mais jovens. Em Vassouras, no quinquênio de 1876 a 1880, os plantéis eram compostos em 55,63% por homens (Salles, 2008, p. 166). Já em Cantagalo, entre 1871 e 1880, a proporção de homens e mulheres era, respectivamente, de 56,1% e 43,8%. De modo específico, na escravaria do megaproprietário e capitalista Antonio Clemente Pinto, composta por 2.180 escravizados em 1873, a proporção era de 53,85% homens para 46,15% mulheres (Marreto, 2019, p. 110; 357).

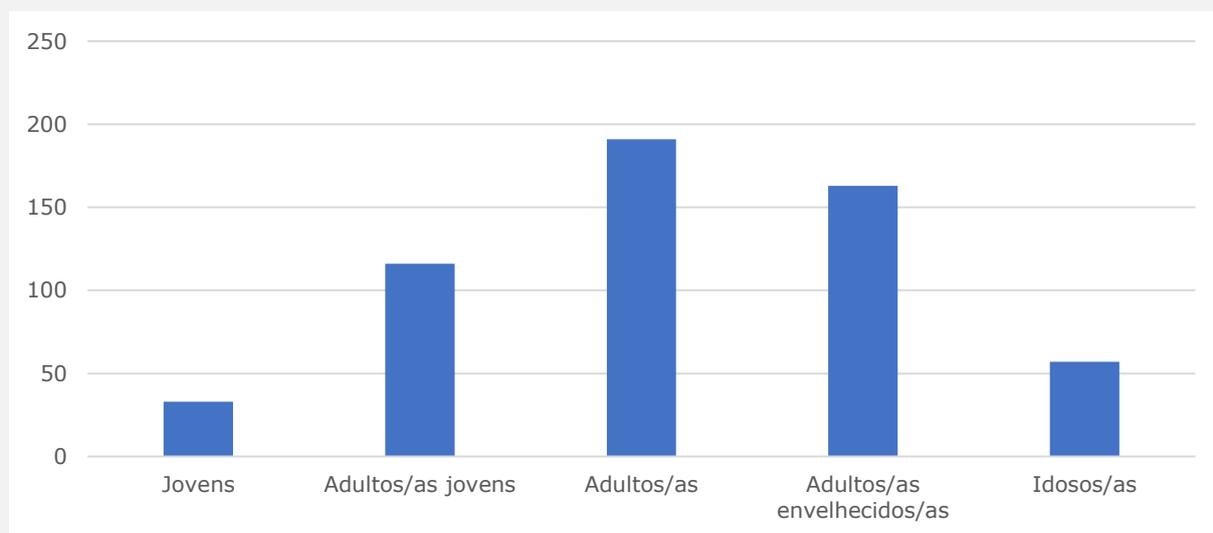
Outra variável que permite identificar as especificidades do perfil da escravaria de Antonio Pedrozo de Albuquerque e lança provocações a respeito das diferenças e convergências sobre as escravarias no Norte e no Sul do Império é a de idade produtiva. Com base na tendência de moda dos preços pelos quais os escravizados foram avaliados na primeira fase de seu inventário estabelecemos cinco faixas de idades produtivas:

- 1) Jovens: tinham entre 7 e 10 anos. Apesar da pouca idade, tiveram, em sua maioria, profissão registrada. As mulheres custavam majoritariamente 800\$000rs e os homens 900\$000rs e 1:000\$000rs;
- 2) Adultos e adultas jovens: tinham entre 11 a 25 anos. Nesta faixa constata-se um aumento nos preços dos escravizados e escravizadas, especialmente do sexo masculino, que passaram a custar majoritariamente 1:500\$000rs, enquanto as mulheres custaram em geral 900\$000rs;
- 3) Adultos e adultas: tinham entre 26 e 46 anos. Os preços permanecem os mesmos em relação aos da categoria anterior. Contudo, optou-se pela divisão por compreender que a expectativa de exploração dos trabalhadores nessa faixa etária era inferior do que na que lhe antecederia;
- 4) Adultos e adultas envelhecidos: tinham entre 47 e 64 anos. Nesta faixa os preços dos escravizados do sexo masculino caem para o mesmo valor da faixa dos jovens e eles passam a custar, majoritariamente, 1:000\$000rs. O preço das mulheres permanece o mesmo da faixa das adultas jovens e adultas.
- 5) Idosos e idosas: tinham 65 anos ou mais. Nesta faixa de idade os preços de homens e mulheres se igualam e ambos passam a custar majoritariamente 100\$000rs.

A faixa de idade produtiva a concentrar mais indivíduos foi a de “Adultos e adultas”, com 191 indivíduos (34,11%); seguida pela de “Adultos e adultas envelhecidos”, com 163 (29,11%); pela de “Adultos e adultas jovens”, com 116 (20,71%); pela de “Idosos e idosas”, com 57 (10,18%); e pela de jovens, com 33 (5,89%) (**Gráfico 8**). Verifica-se, desta forma, a predominância de uma escravaria madura, mas não completamente envelhecida, uma vez que os “Jovens”, “Adultos e adultas jovens”, “Adultos e adultas” conformam 60,71% dos

escravizados e escravizadas. Isolando-se apenas “Adultos e adultas” e “Adultos e adultas jovens”, isto é, aqueles e aquelas com idades entre 11 e 46 anos, obtém-se um percentual de 54,82%. Conforme Ricardo Salles (2009, p. 178), em Vassouras, a contribuição dos escravizados e escravizadas na faixa etária de 13 a 49 anos, isto é, a faixa etária produtiva considerada pelo autor, na formação dos plantéis entre 1876 e 1880, era de 57,9%.

Gráfico 8 – Escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, segundo idade produtiva (1878-1879)



Fonte APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

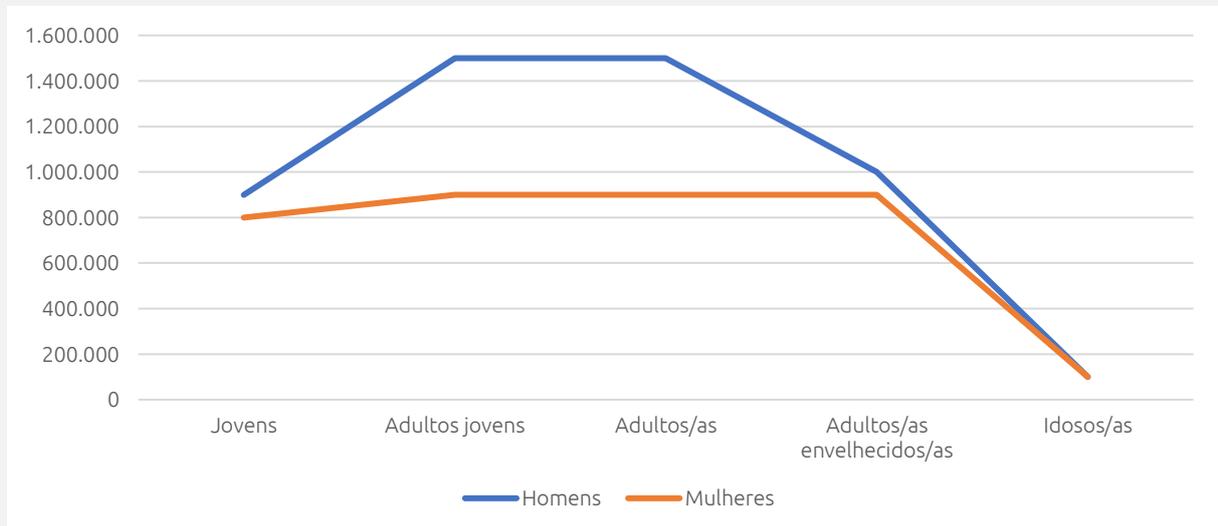
Faz-se necessário, ainda, atentar para a faixa de idade produtiva dos idosos, composta por 57 indivíduos (10,18%). Vale recordar que, conforme ordenamento presente no testamento de Antonio Pedrozo de Albuquerque, todos os escravizados e escravizadas a partir dos 65 deveriam ser libertos. Entretanto, com exceção das pessoas nominalmente libertas, há menção de que apenas três indivíduos nesta faixa etária tenham ficado livres no processo de inventário: Leocadio, africano, 65 anos; Mathilde, africana, 76 anos; e Perpétua (nascimento e idade não informados). Os 57 escravizados com 65 anos ou mais foram avaliados em 5:270\$000rs, o que equivaleria a 0,12% do valor da riqueza de Pedrozo. Por outro lado, representariam aproximadamente 10% da mão de obra escrava. A não libertação destes indivíduos apontam para o fato de que, apesar da idade avançada, eles ainda possuíam relevância enquanto força de trabalho.

Por fim, cabe realizar uma análise dos preços dos escravizados e escravizadas, conforme

a idade produtiva. Como se observa no Gráfico 9, o preço dos escravizados jovens a adultos envelhecidos foi sempre superior ao das escravizadas. Além disso, constata-se uma oscilação maior no preço dos escravizados nas diferentes faixas. Na faixa etária “Jovens”, os homens custavam 12,5% a mais em relação ao preço das mulheres; na faixa etária dos “Adultos e adultas jovens” houve aumento no preço de ambos, mas o valor dos homens cresce substancialmente (66,67%), enquanto o das mulheres sobe 12,5% em relação ao preço do mesmo sexo na idade produtiva “Jovens”. Na faixa etária “Adultos e adultas” o preço dos homens e mulheres se mantêm. Nas faixas “Adultos e adultas jovens” e “Adultos e adultos” o preço dos homens equivale a 66,67% a mais em relação ao preço das mulheres. Na faixa etária “Adultos e adultas envelhecidos”, os preços das mulheres permanecem estáveis, em relação ao das idades produtivas anteriores. O dos homens, no entanto, caem 33,34% em relação à idade produtiva anterior. Neste sentido, os preços dos homens equivalem a 11,11% a mais do preço das mulheres. Como mencionado anteriormente, na faixa da idade produtiva dos “Idosos e idosas” os preços se equivalem, e ambos passam a custar, majoritariamente, 100\$000rs.

Nota-se, desta forma, uma significativa valorização no preço dos escravizados e, portanto, do trabalho, do sexo masculino nas idades produtivas de “Adultos jovens” e “Adultos”, isto é, dos 11 aos 46 anos. O preço das mulheres, embora tenham tido valorização ao longo das diferentes idades produtivas, não teve oscilações significativas. Isso ocorreu mesmo na passagem da idade produtiva de “Adultas” para “Adultas envelhecidas”, o que se, por um lado, nas faixas etárias anteriores implicou menor valorização, implicou também menor desvalorização na penúltima faixa produtiva.

Gráfico 9 – Moda do preço dos escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, segundo idade produtiva (1878-1879)*



Fonte APEB. SJ, SI, Inventário Antonio Pedrozo de Albuquerque, classificação – 07/3191A/06. Elaboração nossa, 2024.

* Na faixa de idade produtiva "jovens" homens os valores 900\$000rs e 1:000\$000rs ocorreram o mesmo número de vezes (3). Optou-se pela utilização do valor 900\$000rs, uma vez que há maior número de escravizados custando valores inferiores a 900\$000rs (3) do que valores superiores a 1:000\$000 (2).

Ao se calcular o valor dos escravizados e escravizadas por Antonio Pedrozo de Albuquerque, independentemente de variações como idade e sexo, obtém-se um preço médio de 894\$111rs.¹² Novamente aqui se encontra um valor próximo daqueles levantados para o Vale do Paraíba fluminense. A média do preço dos escravizados em Vassouras, entre 1874 e 1880, foi de 914\$560rs (2,29% a mais). Enquanto isso, na escravaria de Antonio Clemente Pinto, em 1873, o preço médio era de 917\$064rs - 2,57% a mais (Salles, 2008, p. 132; Marreto, 2019, p. 357).

12 Dois escravizados e uma escravizada não tiveram valor estimado, porque foram libertos. Por isso a média foi calculada sobre o número de 557 escravizados.

Considerações finais

Análises acerca da escravidão no Brasil na segunda metade do século XIX tenderam a apontar para o fato de que o fim do tráfico transatlântico e, posteriormente, o tráfico interprovincial tiveram forte impacto nas características da população escravizada no, então, Norte do Império. Em tese, foram drenados, especialmente para as regiões cafeeiras do Sul, pessoas escravizadas mais jovens e do sexo masculino, o que teria levado a preponderância de escravarias compostas por idosos e mulheres no Norte.

Neste artigo, nos debruçamos sobre a primeira parte do inventário de bens do capitalista Antonio Pedrozo de Albuquerque, um dos maiores, senão o maior, proprietário de escravizados na Bahia no último decênio da escravidão no Brasil. Variando a escala de observação, a partir deste estudo de caso, buscamos conhecer aspectos do perfil de negócios de camadas mais abastadas no Norte do Império, bem como refletir em que medida mudanças nos fluxos transatlântico e interprovincial de escravizados para Brasil podem ter afetado o perfil da propriedade escrava entre os chamados megaproprietários na região.

Composição e a distribuição geográfica dos bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque, confluem com dados relativos aos grupos mais ricos na Bahia e em outras regiões do Brasil no período. Constatam-se a existência de negócios diversificados, como estratégia de preservação da riqueza, sendo os de maior peso aqueles voltados a atividades urbanas, ao comércio e à indústria fabril. O caso de Pedrozo sugere, no entanto, que a realização de atividades urbanas e industriais de um capitalista não implicava oposição à existência de negócios ligados ao mundo rural e à propriedade escrava, o que fica evidenciado, por exemplo, pelo peso de bens relacionados à produção açucareira e ao número de escravizados existentes entre suas propriedades.

No que tange especificamente à propriedade escrava, há indícios de que o impacto do fim do tráfico transatlântico e a existência do tráfico interprovincial se constituíram de processo complexo que afetou de maneiras distintas diferentes segmentos de proprietários. Os dados levantados a partir do inventário de Pedrozo sugerem que, embora pudessem representar, em termos percentuais, uma pequena parcela da fortuna das elites, em termos nominais era possível encontrar mega contingentes de pessoas escravizadas entre proprietários e proprietárias no Norte do Império no final da década de 1870, indicando que no último decênio da escravidão o regime continuava tendo peso socioeconômico na região.

A realização de exercício de análise das características da escravaria de Antonio Pedrozo de Albuquerque, em comparação a áreas cafeeiras no Rio de Janeiro, nos forneceu indícios mais acurados acerca das possíveis confluências e especificidades entre os chamados capitalistas e/ou megaproprietários de indivíduos escravizados nas regiões Norte e Sul do Brasil no período. Quando se observa o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados pertencentes a Pedrozo, verifica-se a presença de africanos e africanas, inclusive legalmente livres, o que reflete a importância do tráfico transatlântico para a composição da sua escravaria. Contudo, há uma menor incidência de africanos e africanas escravizados em

relação, por exemplo, a escravaria do cafeicultor José Breves, o que pode ser atribuído ao menor número de desembarques do tráfico transatlântico no Norte do Império no século XIX.

Por outro lado, ao se analisar os dados referentes a idade cronológica e produtiva e a sexo, constata-se significativas convergências entre a escravaria de Antonio Pedrozo de Albuquerque e aquelas existentes no Vale do Paraíba: maior incidência de escravizados e escravizadas de origem africana entre a população mais velha; tendência à maior equilíbrio entre os sexos na população mais jovem; e aumento no número de nascimentos, como resultado do equilíbrio ou da coerção à reprodução. Nota-se porcentagens semelhantes de homens e mulheres e de trabalhadores e trabalhadoras na faixa etária produtiva (11 a 46 anos na escravaria de Pedrozo e de 13 a 49 anos em Vassouras, por exemplo), bem como pequena disparidade na média de preços.

As informações levantadas a partir da análise de parte dos bens de Antonio Pedrozo de Albuquerque apontam para novas possibilidades de interpretação a respeito da propriedade escrava no Brasil e, especialmente no Norte do Império, nos anos que antecederam a abolição. Elas sugerem que entre aqueles que foram capazes de possuir uma grande escravaria no último decênio da escravidão no Norte, não havia grandes discrepâncias em termos de idade, sexo e preço dos escravizados, em relação aos padrões existentes nas regiões cafeeiras, o que poderá ser melhor verificado em estudos posteriores.

Referências

ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora /1870-1914*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001.

ARAÚJO, Nilton Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2010.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-Financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: Fundação de Pesquisas CPE, 1979.

MARRETO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c. 1829-c.1873)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MATTOS, Hebe Mattos. Raça e Cidadania no Crepúsculo da Modernidade Escravista. In: GRINBERG, Keila;

SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial*. Vol. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, PUC-Minas, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, p. 9-34, out. 2010.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

PESSOA, Thiago Campos. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830 – c. 1888)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2015.

ROCHA, Uelton Freitas. *“Recôncavas” fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo: Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Silvana Andrade dos. *Escravidão, tráfico e indústria na Bahia oitocentista: a sociedade Lacerda e Cia e a fábrica têxtil Todos os Santos (c. 1844-c. 1878)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2020.

SILVA, Denise Morais Gouveia. *Comprando soldados: escravidão, liberdade e recrutamento na Guerra do Paraguai*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

XIMENES, Cristiana. *Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.